

O CONHECIMENTO ONTOLOGICO COMO FUNDAMENTO PARA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO

Paula Trajano de Araújo Alves¹

Solonildo Almeida da Silva²

Sandro César Silveira Jucá³

Emanoel Rodrigues Almeida⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a teoria do ser social relacionando com o complexo do trabalho. Para tal fim, procede-se uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, de base marxista, tendo como fonte bibliográfica artigos e livros que tratam desse tema. As categorias de estudo discutidas são trabalho, ser social e crise estrutural do capital; e a fundamentação teórica é sustentada por autores de base marxista, especificamente ligados ao campo do marxismo ontológico: Lukács (2018), Lessa (2021), Tonet (2015), Antunes (2022) e o próprio Marx (2014), entre outros de igual relevância para a discussão.

Palavras-chave: Ontologia; Ser Social; Trabalho.

ONTOLOGICAL KNOWLEDGE AS A FOUNDATION FOR UNDERSTANDING CONTEMPORARY RELATIONS IN THE WORLD OF WORK

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the theory of social being by relating it to the complex of labor. To this end, a qualitative bibliographic research is conducted, based on a Marxist framework, using articles and books addressing this theme as bibliographic sources. The categories of study discussed are labor, social being, and the structural crisis of capital; the theoretical foundation is supported by Marxist authors, specifically those linked to the field of ontological Marxism: Lukács (2018), Lessa (2021), Tonet (2015), Antunes (2022), and Marx (2014) himself, among others of equal relevance to the discussion.

Keywords: Ontology; Social being; Labor.

¹Mestra em Ensino e Formação docente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Professora da rede estadual de ensino do Ceará.

²Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/Fortaleza.

³Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/Fortaleza.

⁴Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE/Maranguape.

INTRODUÇÃO

A visão crítica da filosofia possibilita o raciocínio e a reflexão sobre o tipo de sociedade que está sendo desenvolvida. A análise atemporal propiciada pelo conhecimento filosófico permite uma visão ampla sobre o desenvolvimento social do homem, possibilitando conhecer as transformações subjetivas e concretas do agir humano.

Sendo assim, o aprofundamento do conhecimento filosófico, em especial o conhecimento ontológico acerca da constituição do ser social permite uma compreensão da realidade em seu aspecto da totalidade, visto que sendo a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, “a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana” (Saviani, 2013, p. 11).

A perspectiva materialista que ampara este estudo, obriga-nos, rigorosamente, a proceder uma fundamentação teórica a partir do conhecimento filosófico. Entende-se que o conteúdo da filosofia é a produção da própria existência humana ao longo do tempo, portanto a filosofia possui uma relação direta com os processos educativos, já que essa, por sua vez, trata de formar e preparar o sujeito humano para se desenvolver em sociedade e consequentemente transformar a sua existência.

Nesse sentido, reiteramos Saviani e Duarte (2012, p.15) afirmando que “as situações de crise são épocas propícias para a filosofia, já que nos obrigam a compreender as raízes da crise e pensar alternativas à sua superação”. E mesmo independente de crise, a filosofia é importante para a formação humana, pois é, antes de tudo, a forma mais elaborada de compreensão do homem pelo próprio homem.

O trabalho (veremos mais adiante as definições e delimitações deste conceito) é a categoria fundante do ser social e, portanto, o entendimento das transformações ocorridas neste complexo, no contexto da sociedade capitalista, requer fundamentalmente a compreensão ontológica. Sendo assim, o objetivo deste ensaio é discorrer sobre a ontologia do ser social apresentando-a como conhecimento fundamental e basilar para compreender as relações estabelecidas no complexo do trabalho na sociedade contemporânea no contexto de crise. Para tal fim, utiliza-se como aporte teórico conceitos predominantes no campo do marxismo e a argumentação sustentada por meio da discussão acerca da relação entre a constituição do ser social e a categoria trabalho.

CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

O itinerário metodológico que conduz este estudo o classifica como artigo teórico com abordagem qualitativa. Em relação aos procedimentos, esta pesquisa é definida como pesquisa do tipo bibliográfica, visto que se trata de uma exploração teórica acerca de um determinado tema, com predominância de fontes de pesquisa do tipo primárias (Marconi e Lakatos, 2023).

A fundamentação teórica está baseada de modo geral no marxismo ontológico, tendo como autores principais Antunes (2022), Lessa (2021), Lukács (2018), Tonet (2015), Marx (2014) e outros de igual relevância para este estudo. A seguir, são apresentados conceitos relacionados à teoria do ser social e em seguida discorre-se especificamente da categoria trabalho e sua relação com o ser social.

A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL

Pensar em uma teoria social é pensar na constituição do ser social. Estando-se aqui discutindo questões que envolvem a sociedade, isto é, questões sociais, faz-se justo e necessário iniciar esse estudo a partir do conhecimento referente à constituição do ser social, o conhecimento ontológico ou, mais precisamente, a ontologia do ser social. A explicação acerca da origem do ser social precede de maneira orgânica a análise da natureza do processo histórico e da desigualdade social por ela permeada.

Uma ontologia do ser social (filosofia) é, pois, condição prévia para a resolução das questões relativas ao conhecimento. Além disso, essa ontologia também é condição imprescindível para, em interação com a ciência, produzir um conhecimento adequado da realidade social. Na perspectiva ontológica marxiana, filosofia e ciência não são dois momentos separados ou apenas superficialmente relacionados. São dois momentos intrinsecamente articulados, que, sem perder a sua especificidade, constituem uma unidade indissolúvel no processo de produção do conhecimento científico (Tonet, 2013, p. 76).

Essa associação teórica é necessária para que se possa fundamentar, de modo racional, a comprovação da historicidade e socialidade do ser, isto é, a demonstração de que a realidade social é resultado da interatividade humana, apontando para uma intervenção da realidade. A demonstração do caráter de

totalidade do ser é imprescindível para basear qualquer ação que vise a superação da realidade (im)posta, pois o conhecimento da origem do ser social possibilita o conhecimento das relações sociais entre sujeito individual e sujeito coletivo.

O conhecimento ontológico, por meio do viés da historicidade, responde questões demandadas pela classe trabalhadora, esta que, por sua vez, está inserida numa realidade social baseada na desigualdade e constante exploração. Essa afirmação remete a um paralelo imediato que pode ser traçado com o campo de estudo abordado nesta pesquisa, uma atividade social, refletindo sobre uma realidade a fim de transformá-la.

A teoria geral do ser social tem suas bases assentadas nas relações sociais e tem Karl Marx (1818 – 1883) como principal figura. Ao demonstrar em seus escritos o caráter histórico e mutável da essência humana, Marx constata que na verdade essa essência é constituída por um conjunto de relações humanas. (Tonet, 2013).

Porém o próprio Marx não escreveu nenhuma obra sistemática sobre ontologia, muito menos usou esse termo para designar suas elaborações teóricas. Mas ao abordar questões do tipo “o que é ser social?”, “o que o distingue dos outros seres?”, “quais as determinações desse tipo de ser?” suas respostas demonstraram um caráter filosófico-ontológico que constituiria uma teoria geral do ser social.

O marxismo ontológico pode ser representado - com algumas diferenças de perspectivas - pelas vertentes de Karl Korsch, Antonio Gramsci, György Lukács e István Meszáros; porém neste estudo a ontologia do ser social será considerada pela vertente de György Lukács (1885 – 1971), visto que “pelo conjunto de sua obra, e também por sua enorme originalidade visando à construção de uma ontologia materialista, Lukács se converteu em um verdadeiro Galileu no século XX (Antunes, 2022). Legitimamos essa escolha também considerando que,

As contribuições de Lukács ao desenvolvimento do marxismo ontológico foram decisivas. Ainda que em Gramsci encontremos referências à esfera ontológica, é em Lukács que, pela primeira vez no marxismo, são explícita e detalhadamente abordados os aspectos decisivos da reflexão ontológica (Lessa, 2021, p. 44).

Portanto, foi por meio de Lukács que o marxismo ontológico foi delineado em sua essência, apresentando as bases da substancialidade do mundo dos homens. De modo geral, pode-se afirmar que ontologia é o estudo do ser enquanto ser, é o

ramo que estuda a realidade de tudo que é inherente a todos os seres, a nossa razão, personalidade e as nossas ideias. Já o ser é tudo que existe; pode existir de natureza inorgânica, orgânica e social a depender de suas especificidades materiais.

O ser considerado na ontologia marxiana é o ser social. Esse ser é composto por várias esferas constituídas por história, movimento e, acima de tudo, contradições. Assim sendo, a ontologia do ser social é uma reflexão teórico-filosófica de cunho marxista que trata da especificidade do ser social considerando um movimento contraditório marcado por confrontos e tensões. Esse movimento permeia toda a realidade do ser e o dinamiza.

A compreensão do ser social demanda a percepção de suas categorias constituintes tais como reprodução, ideologia, educação, economia e política. A compreensão de todas essas categorias é importante para o entendimento da sociabilidade do ser humano, mas existe um complexo que precede todos os outros e sua compreensão é imprescindível para o entendimento da dinâmica social ao longo da história humana, sendo este responsável pelo salto ontológico do ser social: o trabalho.

De modo geral, assim Marx (2014, p. 211 - 212) define o trabalho como categoria fundante do ser social:

É um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana.

Sendo assim, na perspectiva marxiana, essa atividade de transformação da natureza distingue-se da atividade vital dos outros seres orgânicos por ser uma atividade consciente que se objetiva em produtos utilizados para práticas sociais. Portanto, ao desempenhar a atividade vital do trabalho o indivíduo torna-se um ser genérico, isto é, um genuíno representante do gênero humano. Assim, o trabalho se constitui como fundamento ontológico do ser social.

Saviani e Duarte (2015, p. 21) afirmam que “Nesse processo as necessidades humanas se ampliam, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais”, esse ser se torna social a partir do momento em que pratica o trabalho de modo consciente e objetivo para além da sua sobrevivência orgânica enquanto ser vivo. Em outras palavras se pode dizer: o trabalho emerge na luta do ser pela sobrevivência, mas não se encerra nessa instância.

A PRINCIPALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO NA TEORIA GERAL DO SER

Como já expressado anteriormente, o trabalho é a categoria fundante do ser social, e por isso na ontologia marxista recebe posição de principalidade na teoria geral do ser. Porém, o ser social é determinado por outras dimensões que surgem não por acaso, mas sim justamente como resultado da complexificação do ser: linguagem, educação, ciência, religião, ideologia, arte, política e direito são alguns desses complexos que determinam a sociabilidade do ser.

Lukács (2018, p. 9) justifica a posição de principalidade da categoria trabalho em relação as demais categorias na constituição do ser social da seguinte forma:

Já que se trata do complexo concreto da socialidade enquanto forma de ser, pode ser legitimamente aflorada a questão de por que precisamente destacamos, nesse complexo, o trabalho e lhe subscrevemos um lugar de tal modo preferencial no processo e para o salto da gênese. A resposta é, ontologicamente considerada, mais simples do que parece à primeira vista: porque todas as outras categorias dessa forma de ser já são, em sua essência, de caráter puramente social; suas qualidades, seu modo de operatividade surgem apenas no ser social já constituído, o tipo de sua manifestação, por mais primitivo que possa ser, pressupõe o salto já consumado.

Assim, fica evidente o argumento de que as demais categorias existem a partir da existência da sociabilidade humana, ou seja, elas surgem quando o ser não é apenas orgânico, mas também social, isto é, já houve o salto ontológico de ser orgânico para ser social.

Todas essas outras categorias citadas derivam do trabalho e surgem para responder demandas sociais do ser. Segundo Tonet (2015) a categoria trabalho

estabelece três tipos de relação com as outras categorias: dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca.

A dependência ontológica ocorre ao passo que todas as outras categorias do ser social (linguagem, educação, ciência, religião, ideologia, arte, política, etc.) tem como matriz de sua existência o resultado do trabalho, portanto para existirem elas têm como pressuposto fundamental a existência do trabalho.

Já a relação de autonomia relativa decorre que todas as categorias têm uma função específica no movimento dinâmico da sociabilidade humana, porém todas dependem do trabalho, em sua essência, para existir. Portanto são autônomas porque possuem características e dimensões próprias, mas dependentes porque sofrem determinações diretas da sua matriz: o trabalho.

Todas as categorias se determinam reciprocamente à medida que, na totalidade, são interligadas e recebem influência umas das outras. A concretude de cada uma delas depende das suas relações com as outras; assim ocorre entre elas uma determinação recíproca. Essas categorias expressam o movimento próprio da realidade em seus desdobramentos históricos e determinações do ser. De modo geral essas categorias tornam o ser social em uma totalidade em si mesmo, uma totalidade constituída por partes específicas, autônomas e dependentes, pois apesar de serem independentes entre si, esses complexos possuem interligação dentro de uma totalidade.

Segundo Lessa (2016, p. 69) “A totalidade consubstanciada pelo ser se manifesta, concretamente, pelas inelimináveis articulações das esferas ontológicas entre si”. É importante ressaltar que na complexidade do ser social, essas categorias não exercem função hierárquica, mas sim representam elementos estruturais dentro da totalidade do ser.

A propósito, na ontologia marxista a totalidade tanto pode ser vista na perspectiva da totalidade do ser unitário (enquanto sujeito constituído por categorias que se completam e se autodeterminam) quanto no sentido da realidade social coletiva. Tem-se como pressuposto teórico que a sociedade é constituída por uma totalidade de relações dialeticamente interligadas e que são mediadas por movimentos que dinamizam a realidade social.

A realidade social é uma totalidade e não um conjunto aleatório de fatos fragmentados. De modo que na perspectiva da ontologia marxiana qualquer realidade

só pode ser compreendida a partir da compreensão do ser social, pois é esse sujeito, mediado por toda a sua complexidade e determinações, o responsável pelo processo social existente.

A compreensão do ser social permite o entendimento de que a realidade social é integralmente produzida por nós, seres humanos e sociais. Ao compreender como se constitui o ser social, reconhecendo o trabalho como categoria fundante deste ser, é possível reconhecer que a realidade social na verdade é uma síntese entre essência e aparência. Pois como afirmou Kosik (1976, p. 20):

O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da 8mu ma8 realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade e ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência.

Assim, admitindo a existência da essência escapa-se do equívoco de permanecer apenas na aparência da realidade; a aparência esconde a essência e não permite o conhecimento profundo da realidade (Tonet, 2015). Compreender a realidade social denota reconhecer na totalidade suas partes constituintes, desse modo comprehende-se a historicidade do movimento e suas determinações, chegando, portanto, à sua essência.

E o movimento dialético, orientado ontologicamente pela busca da essência do fenômeno em questão, determina chegarmos a um ponto crucial da história social que influenciou totalmente no desvio da função ontológica do trabalho: a divisão da sociedade em classes. Segundo Ponce (2001), o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada foram os fatores que originaram a divisão das classes sociais.

A divisão da sociedade em classes antagônicas acarretou a divisão social do trabalho e a consequente apropriação dos resultados do trabalho humano, impondo que a riqueza material e não material fosse posta a serviço da realização e do desenvolvimento da totalidade dos seres humanos (Saviani; Duarte, 2012).

APONTAMENTOS ACERCA DO TRABALHO NO SISTEMA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO

O sistema capitalista é caracterizado pela busca incessante de crescimento e acumulação, por meio da exploração do trabalho humano visando o lucro. O objetivo do capitalismo é acumular, o que acarreta grandes problemas sociais, uma vez que o capital corrompe a verdadeira finalidade do trabalho e produz mercadorias não para suprir as necessidades humanas e sociais, mas sim para 9mu ma99 aos seus próprios interesses, gerando mais riqueza e acúmulo de capital.

A crise do capital (Mészáros, 2011) agrava a precarização da exploração do trabalho humano e afeta também outros complexos que são interligados ao trabalho e garantem a reprodução social: linguagem, ciência, arte e educação são alguns desses complexos universais que compõem a prática social e atendem às demandas do 9mu ma9 trabalho. Portanto, a economia se torna uma atividade central na sociedade capitalista, pois ela detém o controle do 9mu ma9 trabalho.

A precarização do trabalho adquiriu um novo aspecto que intensificou mais ainda as características que já existiam em relação à situação do trabalhador, pois, a partir de então, deixou de estar relacionada apenas ao baixo salário e/ou condições físicas degradantes para impactar também a saúde mental dos trabalhadores: o capitalismo se apropriou também da subjetividade do trabalhador. Ao fazer isso, o sistema capitalista faz com que o próprio proletário se torne (e se veja assim) uma mercadoria, “mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (Marx, 2008, p. 80). Nesse sentido, o capital superou o limite físico do ser humano-mercadoria a partir do momento em que introduziu a maquinaria, subordinou o trabalhador ao ritmo da máquina, aumentou a capacidade produtiva e incorporou o trabalho morto subordinando o trabalho vivo (Paniago, 2013).

O desemprego é um dos fenômenos desastrosos da crise do capital, e um dos motivos é a redução gradativa e em massa dos operários fabris e industriais estáveis. A estabilidade que antes caracterizava o trabalho proletário vai sendo trocada pelo trabalho parcial e temporário, aliada a exclusão das pessoas mais velhas, aumento do ritmo de trabalho e derrota das forças sindicais trabalhistas, tornando a classe-que-vive-do-trabalho cada vez mais explorada ante a crise do capital.

No processo de reestruturação e expansão do capitalismo em busca de lucro contínuo, não apenas ocorre um aumento na exploração desses trabalhadores, como também ocorrem mudanças nas formas de exploração. Uma dessas mudanças é a introdução, no imaginário social, da falácia do empreendedorismo. Com esse objetivo, o trabalho intermitente é regulamentado e a configuração do trabalhador assalariado é alterada para “empreendedor” ou “prestador de serviço”.

O capital chegou à conclusão de que esses trabalhadores, que são a base para novos empregos, teriam que ser transformados, teriam que ser transfigurados, não poderiam mais ser chamados de trabalhadores e de trabalhadoras. [...] As empresas perceberam que seria possível redenominá-los e dar a eles uma nova definição que os excluisse da condição de assalariados. Eles deixariam de ser chamados de trabalhadores, trabalhadoras, proletários, proletárias, assalariados, assalariadas, e passariam a ser chamados de empreendedores, de prestadores ou prestadoras de serviços (Antunes, 2022, p. 4).

É importante enfatizar que o desemprego é uma das questões centrais na crise do capital. Segundo pesquisa divulgada em 31 de janeiro de 2024 (CNN Brasil, 2024) o Brasil encerrou o ano de 2023 com mais de 8 milhões de desempregados. Ainda segundo esse mesmo jornal essa é a menor taxa desde os últimos dez anos, porém ainda representa um elevado número que contribui significativamente para a desigualdade da distribuição de renda. Na verdade, o desemprego é usado como estratégia para estabilização do capitalismo que, quando se encontra em crise, busca estratégias “fora de si mesmo” para acumular. Sobre esse ponto, Harvey (2003, p. 118) afirma:

A acumulação do capital, na ausência de fortes correntes de mudança tecnológica poupadora de trabalho, requer o aumento da força de trabalho, que pode acontecer de várias maneiras. O aumento da população é importante (e a maioria dos analistas esquece convenientemente os cuidados que o próprio Marx tomou quanto a isso). O capital também pode se apropriar de reservas latentes de um trabalhador ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes externos. Se isso não der certo, o capital pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego (dispensas), criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados.

Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo “fora de si mesmo” para acumular, mas neste último ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de

acumulação num período posterior do tempo. Parece paradoxal afirmar que o capitalismo produz desemprego, mas é exatamente isso que está acontecendo. O desemprego – criado pelo próprio sistema do capital – configura-se como um estratagema para tentar sair da crise; pois, na prática, se há muitos desempregados, mesmo oferecendo salários baixos e condições precárias de trabalho, as empresas não terão dificuldade para contratar e assim garantir a baixo custo sua mão de obra.

Segundo Antunes (2022), nos últimos 40 anos o capitalismo tem empurrado o trabalho para a flexibilização, terceirização, informalidade e intermitência e, como se isso não bastasse, precarizando-a até as últimas instâncias. Há um processo de devastação da força de trabalho em escala global que já estava em curso há muitos anos e que a partir de 2020 se intensifica, pois, a pandemia desnudou o caráter nefasto do capital.

O trabalho baseado em novas tecnologias (a exemplo dos serviços oferecidos por aplicativos) traz à tona uma questão paradoxal que é a gigantesca precarização do trabalho no setor de serviços, ao mesmo tempo em que alguns serviços são essenciais e, por isso, demanda-se a contratação de pessoas. Os trabalhadores desse setor são tratados pelo capitalismo como “escravos digitais” (Antunes, 2020), pois possuem jornadas extenuantes com ritmo intenso de trabalho e, além disso, são controlados por algoritmos e apenas considerados como prestadores de serviço, isto é, sem nenhuma segurança trabalhista, nenhum direito.

Franco (2011, p.188) ao analisar o desvirtuamento do sentido social do trabalho afirma:

A precarização do mundo do trabalho e a desregulação social em curso apontam para um processo de apagamento das noções de limites biopsicossociais – inclusive éticos –, cuja função é proteger a vida. Esse processo consolida a perda da razão social do mundo do trabalho e acentua a inversão das relações da humanidade com os limites e ciclos da Natureza.

Trazendo a discussão para o contexto do Brasil, é preciso deixar registrado que, atualmente, está muito forte a ofensiva da direita burguesa capitalista contra os direitos dos trabalhadores postos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT – especialmente após os acontecimentos políticos de 2016 (*impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff). Os capitalistas, reconhecendo a crise que o sistema vivencia e conscientes da força que os trabalhadores têm enquanto classe, tomaram como foco,

a partir de então, lutar para acabar com os direitos trabalhistas assegurados em lei, por isso a reforma da CLT e os ataques aos servidores públicos.

Segundo Franco (2011) “o produto do trabalho humano foi reduzido à mera condição de coisa portadora de valor, adquirindo a duplicidade de valor de uso e valor de troca”, desse modo o ser humano tem o sentido do seu trabalho desvirtuado enquanto trabalhador, criador e produtor e ele mesmo também foi transformado em uma mercadoria específica, capaz de gerar mais lucro para o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão acerca da constituição do ser social apresenta-se como entendimento fundamental e basilar para análise de questões atuais relacionadas ao mundo do trabalho, uma vez que para compreender as modificações ocorridas neste campo é preciso compreender como o trabalho compõe o processo de gênese do ser social, isto é, qual a importância do trabalho na constituição do ser. Esse entendimento propicia um esclarecimento no tocante a situação de precarização do trabalho no contexto capitalista. Desemprego estrutural, trabalho flexível e outros aspectos ocasionados pelo sistema do capital degeneram o trabalho humano, ou seja, desvirtuam a principal ação humana que é responsável pelo salto ontológico do ser biológico para ser social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Crise do capitalismo e regressão social para a classe trabalhadora. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. [S.I.], v. 1, n. 22, p. e13840, mar. 2022.

CNN BRASIL. **Desemprego fecha 2023 com taxa média de 7,8%, menor patamar desde 2014, diz IBGE.** Publicado em 31 jan. 2024.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, S. **4 ensaios:** Lukács e a ontologia. Maceió: Coletivo Veredas, 2021.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** Traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos [1844].** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I.** 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MÉSZÁROS, I. **A Crise estrutural do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

PANIAGO, C. **O Estado e a crise Estrutural do Capital.** 2013. 1h35m23s.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** Tradução de Jose Severo de Camargo Pereira. 18. ed.-São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11.ed.rev. — Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

TONET, I. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, I. Trabalho como categoria fundante do ser social, e suas derivações. **Crítica Marxista**, 2015. 1 vídeo (25min19s). Publicado pelo Crítica Marxista.